

Luísa Luchetti Torres PEREIRA*

 <https://orcid.org/0009-0006-0806-7009>

José Guilherme G. FRANCISCONI**

 <https://orcid.org/0009-0005-5434-2377>

Ederson Mella TERNERO***

 <https://orcid.org/0000-0002-8935-4774>

Nico BRAVO****

 <https://orcid.org/0000-0002-8103-6237>

Fabiano Martin TIOSSI*****

 <https://orcid.org/0000-0003-3629-7646>

Zildo GALLO*****

 <https://orcid.org/0000-0003-4953-9843>

Nemésio Neves B. SALVADOR*****

 <https://orcid.org/0000-0002-4158-1951>

Recebido em: 03 de setembro de 2025.

Aprovado em: 29 de maio de 2026.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: REFLEXÕES E DESAFIOS*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar, de forma teórica e reflexiva, a implantação, da curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, com ênfase nos desafios e oportunidades para sua consolidação como prática pedagógica central. Para atingir esse propósito, buscou-se, de maneira específica, identificar os principais marcos regulatórios e princípios fundamentais que norteiam a curricularização no Brasil, bem como discutir os desafios e perspectivas futuras, considerando aspectos metodológicos, tecnológicos e avaliativos. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, fundamentou-se em revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações e documentos institucionais publicados entre 2018 e 2025, incluindo a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e a Deliberação CEE nº 216/2023. Foram analisadas contribuições recentes sobre metodologias ativas, interdisciplinaridade, multiprofissionalidade, avaliação de impacto e uso de tecnologias digitais aplicadas à extensão universitária. Os resultados apontam que, embora haja avanços normativos e institucionais, a efetividade da curricularização ainda enfrenta obstáculos relacionados à qualificação docente, à adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), ao fomento institucional e à criação de indicadores claros de avaliação. Evidenciou-se, ainda, que as IES que estruturam a curricularização com base em projetos interdisciplinares e vinculados às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) tendem a gerar maior impacto social. Este estudo reforça a necessidade de aprofundar investigações empíricas, visando compreender como essa política está sendo aplicada na prática e de que forma pode ser aprimorada para potencializar sua função social e formativa.

Palavras-chave: extensão; curricularização; desafios.

EXTENSION CURRICULARIZATION: REFLECTIONS AND CHALLENGES

ABSTRACT

This study aimed to analyze, from a theoretical and reflective perspective, the implementation of extension curricularization in Brazilian higher education, with emphasis on the challenges and opportunities for its consolidation as a central pedagogical practice. To achieve this purpose, the study specifically sought to identify the main regulatory frameworks and fundamental principles guiding extension curricularization in Brazil, as well as to discuss future challenges and perspectives, considering methodological, technological, and evaluative aspects. This qualitative and exploratory research was based on a bibliographic review of scientific articles, legislation, and institutional documents published between 2018 and 2025, including Resolution CNE/CES No. 7/2018 and Deliberation CEE No. 216/2023. Recent contributions regarding active methodologies, interdisciplinarity, multiprofessional collaboration, impact assessment, and the use of digital technologies applied to university extension activities were analyzed. The results indicate that, although normative and institutional advances have been achieved, the effectiveness of extension curricularization still faces obstacles related to faculty development, the adaptation of Pedagogical Course Projects (PPCs), institutional support, and the establishment of clear evaluation indicators. Furthermore, higher education institutions that structure extension curricularization through interdisciplinary projects aligned with the National Curriculum Guidelines (DCNs) tend to generate greater social impact. This study reinforces the need for further empirical investigations to better understand how this policy is being implemented in practice and how it can be improved to enhance its social and educational role.

Keywords: university extension; extension curricularization; challenges.* Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Santa Fé do Sul, SP/BR – Unifunc. E-mail: luisaluchetti.ltp@gmail.com** Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário de Santa Fé do Sul, SP/BR – Unifunc. E-mail: zegui.francisconi@hotmail.com*** Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Uniara. Araraquara, SP, Brasil. E-mail: edinhoternero@gmail.com**** Docente Professor Associado com Agregação de Ciências da Educação, Universidade de Évora, Évora, UÉ/UPTE, Portugal. jbn@uevora.pt***** Pós-Doc em Gestão e Economia. Universidade Beira do Interior. Covilhã, Portugal. E-mail: fabiano.tiozzi@ufms.br***** Doutor em Geociência. Unicamp. Campinas, SP, Brasil. E-mail: zildogallo@gmail.com***** Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento. Ufscar. São Carlos, SP, Brasil. E-mail: nemesio.salvador@gmail.com

* Programa Pesquisador Docente – PPD/Unifunc e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP – Pibic/Unifunc.

1 INTRODUÇÃO

No contexto do ensino superior brasileiro, a extensão universitária, em conjunto com o ensino e a pesquisa, estabelece-se como um dos fundamentos essenciais, reforçando o papel social das Instituições de Ensino Superior (IES) na formação abrangente do estudante e na promoção do desenvolvimento social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa tríade tornou-se indissociável, estabelecendo-se um marco normativo para a integração entre saber acadêmico e necessidades sociais. A curricularização da extensão surge, nesse contexto, como um movimento que busca consolidar essa integração, transformando a extensão em parte obrigatória e estruturante da formação acadêmica, deixando de ser uma atividade complementar ou periférica para ocupar lugar de destaque na matriz curricular e no desenvolvimento de habilidades e competências profissionais.

No âmbito do ensino superior brasileiro, a extensão universitária, aliada ao ensino e à pesquisa, consolida-se como pilar fundamental da formação acadêmica e da função social das Instituições de Ensino Superior (IES), princípio consagrado pela Constituição Federal de 1988 ao estabelecer a indissociabilidade entre essas dimensões.

Entretanto, mais do que um imperativo normativo, a curricularização da extensão levanta uma questão central: curricularizar para quê? Essa indagação remete à necessidade de se compreender o sentido e a função da extensão universitária no contexto contemporâneo, marcado por profundas transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Curricularizar não deve ser apenas cumprir horas exigidas por lei, mas sim construir experiências de aprendizagem que articulem teoria e prática, saber científico e saber popular, ensino e ação transformadora.

Os desafios para efetivar essa integração são inúmeros. Como apontam autores como Fontenele (2024) e Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020), há resistências institucionais, limitações estruturais e barreiras culturais que dificultam a inserção efetiva da extensão nos currículos. Muitos docentes ainda carecem de formação e apoio para planejar e executar atividades extensionistas, e parte dos discentes enfrenta dificuldades de participação devido a restrições socioeconômicas. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, embora prevista, ainda é recente na prática universitária brasileira e requer tempo, investimento e vontade política para se consolidar.

Por outro lado, as oportunidades geradas pela curricularização são expressivas. Quando bem planejada, a extensão proporciona ao estudante contato direto com problemas reais,

estimulando a reflexão crítica, a criatividade e a responsabilidade social. Além disso, amplia o impacto da universidade na comunidade, reforçando seu papel como agente de transformação social. Ao investigar e intervir sobre questões locais e globais, a extensão promove um aprendizado mútuo: a sociedade se beneficia do conhecimento produzido e a academia se enriquece com os saberes e demandas que emergem do território.

Nesse cenário, a pergunta “curricularizar para quê?” encontra respostas que vão além do cumprimento de uma norma. Trata-se de compreender que a curricularização da extensão é uma estratégia para ressignificar o papel da universidade, tornando-a mais aberta, democrática e conectada com as urgências da sociedade. É também um instrumento para reduzir desigualdades, formar profissionais mais conscientes e éticos e ampliar a relevância social do ensino e da pesquisa.

Assim, discutir a curricularização da extensão implica refletir sobre o próprio projeto de universidade que se deseja construir. Se a formação acadêmica busca preparar cidadãos críticos, competentes e socialmente responsáveis, a integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão torna-se imprescindível. A curricularização, nesse sentido, não é apenas um requisito burocrático, mas uma oportunidade de alinhar a missão institucional às demandas de um mundo em constante transformação, no qual a educação superior tem papel decisivo para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a consolidação da democracia.

Diante desse contexto, o presente estudo é orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: quais são os principais desafios e perspectivas para a efetivação da curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, à luz dos marcos regulatórios e da produção acadêmica recente? Como objetivos específicos, busca-se: (I) identificar os principais fundamentos normativos que orientam a curricularização da extensão no Brasil; (II) analisar os desafios institucionais, pedagógicos e avaliativos relacionados à sua implementação; e (III) discutir perspectivas futuras e possibilidades de inovação capazes de fortalecer a efetividade dessa política. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica narrativa, com recorte temporal entre 2018 e 2025, contemplando artigos científicos, legislações e documentos institucionais consultados nas bases SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES. De forma sintética, os achados indicam que, embora haja avanços normativos e conceituais, a curricularização da extensão ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso e à ausência de indicadores consolidados de avaliação de impacto, ao mesmo tempo em que se apresentam

oportunidades de fortalecimento por meio de projetos interdisciplinares, metodologias ativas e uso estratégico de tecnologias digitais.

Este estudo está dividido em sete partes. Na primeira parte, a introdução, é feita a contextualização do tema. A segunda parte aborda a extensão universitária no Brasil: da marginalidade à centralidade pedagógica; na terceira parte, são apresentados os procedimentos metodológicos; a quarta parte trata da curricularização da extensão: marcos regulatórios e princípios fundamentais; a quinta parte aborda os desafios da curricularização da extensão no ensino superior; na sexta parte, são apresentadas as perspectivas futuras e inovações na curricularização da extensão; a sétima parte trata da discussão dos resultados. Por fim, o estudo é finalizado com as considerações finais.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: DA MARGINALIDADE À CENTRALIDADE PEDAGÓGICA

A trajetória da extensão universitária no Brasil é marcada por um processo de transformação que a conduziu de um papel secundário, muitas vezes marginalizado nas práticas institucionais, para uma posição de destaque no projeto pedagógico das Instituições de Ensino Superior (IES). Este capítulo analisa essa evolução, abordando seu desenvolvimento histórico, sua função no tripé ensino–pesquisa–extensão, e os avanços promovidos por instâncias como o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) e pela Política Nacional de Extensão Universitária (PNExU), com especial atenção ao impacto dessas mudanças na centralidade pedagógica da extensão.

2.1 Breve histórico da extensão universitária

A extensão universitária no Brasil, embora formalmente reconhecida como função essencial da educação superior, passou por um longo período de marginalidade em relação ao ensino e à pesquisa. Desde as primeiras universidades brasileiras, no início do século XX, predominava o modelo de ensino voltado à formação profissional, com pouca integração às demandas sociais. A extensão, quando existente, restringia-se a ações assistencialistas e esporádicas, geralmente vinculadas a áreas como saúde, agronomia e educação popular, sem caráter estruturante nos currículos (Lisbôa; Filho, 2022).

O marco inicial da valorização da extensão ocorreu com o movimento da Reforma Universitária de 1968, que, inspirado em experiências latino-americanas, começou a discutir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, foi apenas com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 207, que se consolidou o princípio da indissociabilidade, determinando que a universidade deveria articular esses três pilares de forma integrada (Brasil, 1988). Apesar disso, como afirmam Gavira; Gimenez e Bonacelli, (2020), a prática universitária brasileira manteve, por décadas, a extensão como atividade periférica, com pouca inserção no projeto pedagógico institucional.

A partir da década de 2000, programas como o PROEXT e políticas de incentivo à responsabilidade social universitária começaram a fomentar a valorização da extensão, ampliando recursos e criando diretrizes para a execução de projetos com impacto social mensurável. Ainda assim, a institucionalização foi lenta, enfrentando resistência cultural dentro das universidades, tanto por parte de gestores quanto de docentes, que muitas vezes priorizavam ensino e pesquisa em detrimento da extensão (Fontenele, 2024). Nesse sentido, a Resolução CNE/CES nº 7/2018, ao estabelecer a obrigatoriedade de 10% da carga horária mínima dedicada à extensão, marcou um divisor de águas no status da extensão universitária.

Outro ponto relevante do percurso histórico é que, ao longo de sua trajetória, a extensão no Brasil foi fortemente influenciada por movimentos sociais e demandas territoriais específicas, que exigiam uma universidade mais aberta ao diálogo de saberes. Esse processo foi catalisado pela crescente percepção de que o conhecimento produzido no ambiente acadêmico não poderia permanecer restrito aos muros universitários, mas deveria contribuir de forma direta e participativa para a solução de problemas sociais, econômicos e ambientais (Vale, 2024). Assim, a extensão migrou gradualmente de uma função secundária para um campo de ação estratégica no projeto pedagógico das IES

2.2 A extensão no tripé universitário e sua função social

O tripé ensino, pesquisa e extensão é concebido como base estruturante da universidade brasileira, sendo cada elemento fundamental e indissociável. Enquanto o ensino transmite o conhecimento sistematizado e a pesquisa o produz, a extensão cumpre a função de compartilhar e aplicar esse conhecimento na solução de problemas concretos da sociedade (Freire, 1996). Nesse sentido, a extensão não é apenas um canal de transferência de saberes, mas um processo

dialógico, no qual a comunidade acadêmica e a sociedade aprendem mutuamente (Fontenele, 2024).

Sua função social vai além de prestar serviços ou promover eventos: trata-se de desenvolver ações que estimulem a cidadania, a equidade social e o desenvolvimento sustentável. Conforme aponta Vale (2024), a extensão universitária promove experiências transformadoras para os estudantes, ao conectá-los com realidades sociais diversas, desenvolvendo competências socioemocionais, espírito crítico e compromisso ético. Assim, a indissociabilidade prevista na legislação é mais do que um ideal acadêmico; é uma necessidade para formar profissionais capazes de compreender e intervir nos contextos complexos do século XXI.

Essa integração efetiva entre universidade e sociedade também redefine o papel da instituição de ensino superior, deslocando-a de uma postura meramente transmissora para uma postura de coautoria na produção de conhecimento socialmente relevante. Para Ormaneze (2024), tal função social precisa estar articulada com agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando assegurar que os projetos extensionistas não se limitem a suprir demandas pontuais, mas também colaborem para metas duradouras, como a diminuição das disparidades sociais e a defesa do meio ambiente.

Do mesmo modo, a função social da extensão pressupõe uma abordagem interdisciplinar, na qual múltiplas áreas do saber interagem para tratar questões complexas de maneira articulada. Tal abordagem reforça a aprendizagem prática e significativa dos alunos, estimula o engajamento com a comunidade e amplia a capacidade da universidade de gerar mudanças concretas. Dessa forma, a extensão deixa de ser um simples complemento das atividades acadêmicas para tornar-se elemento essencial na redefinição do papel social do ensino superior.

2.3 Avanços do FORPROEX e da PNExU

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), criado em 1987, desempenhou papel estratégico no fortalecimento e na consolidação da extensão no país. Por meio da produção de documentos orientadores, como a “Política Nacional de Extensão Universitária” (2012), o FORPROEX estabeleceu princípios, diretrizes e objetivos para nortear as práticas extensionistas nas universidades. Esse trabalho

contribuiu para que a extensão deixasse de ser vista como atividade pontual e passasse a integrar de forma mais consistente a missão institucional.

O fórum também promoveu o alinhamento conceitual entre diferentes instituições, favorecendo a criação de indicadores para avaliação e acompanhamento das ações extensionistas. Esse processo foi fundamental para preparar o terreno para a implementação da curricularização prevista na Resolução nº 7/2018. Foligno *et al.* (2023) observam que, ao estabelecer uma linguagem comum e padrões mínimos de qualidade, o FORPROEX garantiu maior legitimidade à extensão e aumentou sua capacidade de captar recursos e parcerias.

Outro avanço relevante foi o incentivo à interdisciplinaridade e à intersetorialidade nas práticas extensionistas. A articulação com políticas públicas e programas sociais ampliou o alcance das ações e possibilitou a atuação em áreas estratégicas, como saúde, educação, meio ambiente e tecnologia social. Kochhann *et al.* (2018) destacam que, a partir das diretrizes do FORPROEX, a extensão passou a ser compreendida como um processo formativo e transformador, e não apenas como prestação de serviços.

O fortalecimento institucional proporcionado pelo FORPROEX também favoreceu a aproximação com organismos internacionais e redes de extensão de outros países, permitindo trocas de experiências e a adoção de boas práticas que hoje contribuem para o aperfeiçoamento da PNExU. Essa dimensão internacional amplia a relevância da extensão brasileira no cenário global, reforçando seu papel estratégico para o desenvolvimento humano e social.

2.4 Avanços da política nacional de extensão universitária (PNExU)

A PNExU representou um avanço significativo na consolidação da extensão universitária como dimensão acadêmica indissociável. Suas diretrizes enfatizam o compromisso com a inclusão social, a interdisciplinaridade e o diálogo de saberes, elementos que aproximam a universidade das demandas da sociedade. Segundo Kochhann *et al.* (2018), essa política impulsionou a criação de mecanismos de avaliação da extensão, incluindo indicadores de impacto social e critérios de integração curricular.

A PNExU também estabeleceu parâmetros para que a extensão seja orientada por demandas reais da sociedade, evitando ações meramente formais ou desconectadas do contexto comunitário. Para Kochhann *et al.* (2018), essa mudança qualitativa na concepção de extensão contribuiu para aumentar a credibilidade da universidade junto à população, ao demonstrar resultados concretos e mensuráveis.

Outro aspecto relevante foi o estímulo à inovação social por meio de projetos extensionistas, criando oportunidades para que comunidades e grupos vulneráveis desenvolvam soluções próprias com apoio técnico-acadêmico. Essa abordagem fortalece o protagonismo social e amplia o impacto da extensão, tornando-a não apenas um vetor de transferência de conhecimento, mas também de emancipação social. Como aponta Cunha (2011), a integração da PNExU com as metas da curricularização fortalece a coerência entre as dimensões acadêmicas e potencializa o papel da universidade no desenvolvimento sustentável.

Por fim, a obrigatoriedade da curricularização, regulamentada pela Resolução nº 7/2018, consolidou a PNExU como instrumento de transformação pedagógica e social. Ao exigir que a extensão esteja efetivamente incorporada aos currículos, garante-se que todos os estudantes tenham experiências formativas que extrapolem o ambiente acadêmico e promovam a inserção cidadã. Assim, a PNExU não apenas consolidou avanços, mas também estabeleceu bases sólidas para que a extensão deixe definitivamente a marginalidade e assuma a centralidade pedagógica no ensino superior brasileiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PROPOSIÇÕES ANALÍTICAS

O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, tendo como objetivo compreender os avanços e desafios da curricularização da extensão no ensino superior. A revisão de literatura, conforme destaca Gil (2019), possibilita a sistematização do conhecimento já produzido sobre determinado tema, permitindo a identificação de lacunas teóricas e o aprofundamento de reflexões críticas. Nessa perspectiva, buscou-se reunir produções teóricas e empíricas que abordam o processo de integração da extensão universitária aos currículos de graduação.

A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica narrativa estruturada, voltada à análise crítica da produção acadêmica e dos marcos normativos relacionados à curricularização da extensão no ensino superior brasileiro. A escolha por esse tipo de revisão justifica-se pela necessidade de compreender os principais conceitos, abordagens teóricas, desafios institucionais e perspectivas emergentes que permeiam a temática.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases reconhecidas pela comunidade acadêmica, incluindo SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, além da consulta a livros de referência na área de políticas educacionais. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), o rigor metodológico requer a utilização de fontes consistentes e legitimadas,

assegurando maior confiabilidade e validade científica às análises. Assim, foram selecionados trabalhos que abordam a curricularização da extensão sob diferentes enfoques, tais como as dimensões normativa, institucional, pedagógica e avaliativa.

Os termos de busca empregados, de forma isolada e combinada, incluíram: “curricularização da extensão”, “extensão universitária”, “extensão universitária e currículo” e “curricularização da extensão no ensino superior”. O recorte temporal compreendeu publicações entre 2018 e 2025, período justificado pelo fato de que, a partir de 2010, o Plano Nacional de Educação (PNE) passou a explicitar, de maneira mais objetiva, a obrigatoriedade da inserção da extensão nos currículos de graduação, estabelecendo percentuais mínimos a serem cumpridos. Conforme Severino (2017), a delimitação temporal e temática é fundamental para conferir foco à investigação, sem comprometer a abrangência necessária à análise crítica.

Como critérios de inclusão, foram considerados: (I) artigos científicos revisados por pares; (II) livros e capítulos de livros de reconhecida relevância acadêmica; e (III) documentos normativos e institucionais relacionados à temática. Foram excluídos trabalhos duplicados, produções sem aderência direta ao objeto de estudo e textos desprovidos de fundamentação teórica consistente.

O processo de seleção resultou em um conjunto final de aproximadamente XX estudos, os quais foram submetidos a uma análise temática, envolvendo etapas de leitura flutuante, codificação e categorização analítica. A partir desse procedimento, emergiram eixos interpretativos relacionados aos marcos regulatórios, aos desafios institucionais e às perspectivas futuras da curricularização da extensão no ensino superior.

O Quadro 1 apresenta, de forma resumida, os principais autores com suas contribuições para esta pesquisa.

Quadro 1 - Artigos e documentos-chave analisados

AUTOR ANO	TIPO DE ESTUDO	CONTRIBUIÇÃO PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO
FORPROEX (2012)	Documento normativo	Definição de princípios e diretrizes da extensão universitária
Cunha (2011)	Estudo teórico	Discussão sobre indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão
Resolução CNE/CES 07/2018	Documento normativo	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
Gavira <i>et al.</i> (2020)	Estudo metodológico	Proposta de avaliação da integração ensino-extensão
Cristofolletti; Serafim (2020)	Estudo analítico	Dimensões metodológicas da extensão universitária

Deliberação CEE 216/2023	Documento normativo	Dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo
Fontenele (2024)	Revisão teórica	Análise histórica e desafios da curricularização da extensão
Silva; Vieira; Filho (2024)	Estudo aplicado	Indicadores de avaliação da curricularização em cursos de Administração

Fonte: Dos próprios autores, 2025.

Considerando o caráter teórico-reflexivo do estudo, optou-se por não formular hipóteses empíricas, mas por estruturar a análise a partir de proposições analíticas, que orientaram a seleção, leitura e interpretação das fontes. Nesse sentido, o trabalho foi guiado pelas seguintes questões: (I) quais fatores institucionais, pedagógicos e normativos têm sido apontados pela literatura como determinantes para a efetividade da curricularização da extensão e para a ampliação de seu impacto social? (II) de que forma a integração entre extensão, Projetos Pedagógicos de Curso e Diretrizes Curriculares Nacionais contribui para a consolidação da extensão como eixo pedagógico central? e (III) quais lacunas teóricas e avaliativas ainda persistem no debate sobre a curricularização da extensão no ensino superior brasileiro? Essas proposições permitiram organizar o diálogo teórico e identificar convergências, tensões e desafios recorrentes na produção acadêmica analisada.

4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: MARCOS REGULATÓRIOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Este capítulo apresenta o arcabouço legal e os princípios que orientam a implementação da curricularização da extensão nas IES brasileiras. Ao analisar a Resolução CNE/CES nº 7/2018, a Deliberação CEE nº 216/2023 e os fundamentos que sustentam esse processo, busca-se compreender como esses instrumentos normativos moldam a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e quais implicações eles trazem para a organização acadêmica, a relação com a comunidade e a formação de profissionais comprometidos com a transformação social. A análise também evidencia a transição da extensão universitária de uma posição periférica para uma centralidade pedagógica, reforçando sua função como eixo estruturante dos currículos.

4.1 Resolução CNE/CES nº 7/2018: obrigações e orientações

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 instituiu um marco legal que redefiniu a posição da extensão no ensino superior. Estabelecendo que, pelo menos, 10% da carga horária total dos cursos de graduação sejam destinados a atividades extensionistas, e a normativa determinou que essas ações sejam integradas ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC), preferencialmente, de forma interdisciplinar e com foco no impacto social (Brasil, 2018). Para Cunha (2011), essa medida rompeu com a visão fragmentada da extensão, transformando-a de atividade suplementar em componente curricular obrigatório, o que exige planejamento e acompanhamento sistemático.

Além de fixar a carga horária, a Resolução exige que as atividades extensionistas estabeleçam interação transformadora entre a IES e a sociedade, promovendo a formação cidadã e a democratização do conhecimento. Cristofolletti; Serafim (2020) ressaltam que, a partir dessa obrigatoriedade, as IES precisaram revisar profundamente seus PPCs, integrando metodologias participativas, indicadores de impacto e ações de caráter interdisciplinar.

Outro elemento relevante é a vinculação da extensão à avaliação institucional, reforçando seu papel como indicador de qualidade acadêmica. Pereira e Andrade (2023) apontam que essa vinculação fortalece a legitimidade da extensão e cria uma base para o monitoramento contínuo de resultados. Nesse sentido, Carvalho e Almeida (2023) destacam que o impacto da Resolução não se limita à sala de aula, mas alcança a forma como a instituição se posiciona perante as demandas sociais.

A Resolução também impulsiona a articulação com políticas estaduais, como a Deliberação CEE nº 216/2023, editada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo, que estabelece parâmetros para a implementação da curricularização da extensão nas IES paulistas. Essa deliberação reforça a obrigatoriedade dos 10% de carga horária, mas traz orientações específicas para a adaptação regional, considerando as características socioeconômicas e culturais locais. O alinhamento entre normas nacionais e estaduais facilita a implementação e reduz disparidades no cumprimento das metas.

Por fim, vale ressaltar que tanto a Resolução nº 7/2018 quanto a Deliberação nº 216/2023 estabelecem prazos para adequação, o que exige das IES não apenas mudanças pedagógicas, mas também reestruturações administrativas e investimentos em formação docente. Conforme Santos (2024), esse movimento gera desafios, mas também oportunidades para que as instituições revisitem sua missão social e inovem em suas práticas pedagógicas.

4.2 Princípios orientadores: diálogo, indissociabilidade e impacto social

O diálogo de saberes é um dos princípios centrais da curricularização, reconhecendo o valor tanto do conhecimento científico quanto do saber popular e comunitário. Conforme Fontenele (2024), a interação dialógica é essencial para romper com práticas verticalizadas e construir soluções mais aderentes às realidades locais. Esse princípio também está presente na Deliberação CEE nº 216/2023, que incentiva a construção de projetos extensionistas a partir de demandas levantadas junto às comunidades atendidas.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista no art. 207 da Constituição Federal, é outro fundamento que a Resolução nº 7/2018 reafirma. Gavira; Gimenez e Bonacelli (2020) ressaltam que essa integração potencializa a formação prática e reflexiva, criando um ciclo de retroalimentação entre teoria e prática. Cunha (2011) complementa que a indissociabilidade só se efetiva quando há intencionalidade pedagógica e integração entre as áreas, evitando que as dimensões funcionem de forma paralela.

O impacto social é o terceiro princípio orientador, associado à capacidade de produzir mudanças concretas na realidade social. Vale *et al.* (2024) destacam que esse impacto deve ser mensurado por indicadores, conforme também previsto na Deliberação CEE nº 216/2023, que sugere métricas adaptadas aos contextos regionais. Ormanze (2024) observa que o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fortalece o potencial da extensão em gerar transformações duradouras.

A operacionalização desses princípios exige planejamento e monitoramento constantes, pois, sem a institucionalização de mecanismos de acompanhamento, a aplicação dos princípios corre o risco de se tornar meramente formal. Por outro lado, Fontelene (2024) defende que, quando incorporados de forma estratégica, esses princípios aumentam o engajamento da comunidade acadêmica e melhoram a percepção social da universidade.

Em última análise, a aplicação contínua dos princípios norteadores promove um ambiente de aprendizagem mais democrático e colaborativo. Tal abordagem não apenas aprimora a formação profissional, mas também reforça o compromisso ético e social das instituições, alinhando-se às diretrizes da política pública de educação superior no Brasil.

4.3 Novas exigências para os projetos pedagógicos de curso (PPCs)

A curricularização da extensão impõe mudanças estruturais aos PPCs, exigindo a incorporação de atividades extensionistas como parte integrante do currículo. Oliveira-Melo; Sant'Anna e Barbosa (2025) apontam que essa reformulação deve privilegiar metodologias ativas, interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências socioemocionais. A Deliberação CEE nº 216/2023 reforça essa diretriz ao estabelecer que as atividades devem estar alinhadas ao perfil do egresso e às demandas do território.

Um dos principais desafios é a criação de instrumentos avaliativos capazes de medir o impacto formativo da extensão. Não se deve reduzir a avaliação a aspectos quantitativos, como carga horária ou número de ações realizadas. É necessário considerar também a relevância social e a contribuição para a formação cidadã. Essa perspectiva é reforçada por Foligno *et al.* (2025), que defendem a elaboração de rubricas específicas para avaliação extensionista.

Outro ponto crítico é a formação docente. A implementação efetiva exige que os professores sejam capacitados para planejar, executar e avaliar atividades de extensão. Essa formação deve ir além da abordagem técnica, contemplando também aspectos éticos e metodológicos. A Deliberação CEE nº 216/2023 sugere que os programas de capacitação docente sejam contínuos e vinculados às políticas institucionais de extensão.

A adequação dos PPCs também envolve mudanças na gestão acadêmica e administrativa. É preciso garantir recursos humanos, financeiros e logísticos para sustentar as ações extensionistas de forma contínua. Cristofolletti e Serafim (2020) lembram que sem esse suporte, a curricularização corre o risco de se tornar inviável ou superficial. Por outro lado, as instituições que investem na gestão integrada da extensão obtêm maior impacto social e acadêmico.

Em síntese, as novas exigências para os PPCs representam mais do que um ajuste normativo: elas demandam uma transformação cultural nas IES. Essa mudança exige planejamento estratégico, participação ativa da comunidade acadêmica e compromisso institucional com a formação integral e socialmente responsável dos estudantes.

5 DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A curricularização da extensão, apesar de representar um avanço significativo no cenário da educação superior brasileira, enfrenta desafios que colocam à prova sua efetividade.

A exigência legal e normativa, prevista na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e reforçada por instrumentos como a Deliberação CEE nº 216/2023, não garante, por si só, a transformação da prática acadêmica. As IES devem evitar a armadilha de limitar a extensão a um número reduzido de disciplinas específicas, optando por investir na implementação de projetos consistentes, com caráter interdisciplinar e multiprofissional, em consonância com as habilidades e competências definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de cada curso.

5.1 Desafios estruturais e administrativos

A revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) é um dos maiores desafios. Muitas IES ainda optam por adaptar apenas algumas disciplinas para cumprir a carga horária mínima exigida, em vez de promover uma integração transversal da extensão no currículo. Silva; Vieira e Tambosi Filho (2024) alertam que esse modelo reduz a potência transformadora da curricularização, transformando-a em mero requisito burocrático. Para evitar isso, é preciso criar projetos estruturantes que envolvam diferentes áreas do conhecimento e equipes multiprofissionais, garantindo que a extensão se torne um eixo pedagógico central.

Outro aspecto crucial é o alinhamento com as DCNs. Silva; Vieira e Tambosi Filho (2024) lembram que cada curso possui habilidades e competências específicas, que precisam ser consideradas na concepção e execução das atividades extensionistas. Não se trata apenas de cumprir horas, mas de desenvolver competências profissionais e cidadãs que dialoguem com a formação integral do estudante.

A Deliberação CEE nº 216/2023 reforça a importância de a curricularização ser planejada com base em diagnósticos institucionais e comunitários, o que exige capacidade administrativa e sistemas de acompanhamento. A criação de comissões intersetoriais permanentes talvez seja uma estratégia para integrar departamentos, coordenações e núcleos de extensão.

O perfil dos docentes também é um fator crítico. Conforme Cristofolletti e Serafim (2024), nem todos os professores possuem vocação ou experiência em atividades extensionistas. Inserir um docente sem perfil adequado em um projeto pode comprometer sua efetividade e desmotivar estudantes. Por isso, é papel das coordenações de curso identificar e capacitar docentes que tenham afinidade e disponibilidade para atuar na extensão.

Por fim, a viabilidade financeira e logística é um obstáculo recorrente. O fomento institucional - em forma de bolsas, recursos para transporte, materiais e apoio técnico - é determinante para que as atividades de extensão sejam viáveis e de impacto real. Sem esse suporte, a curricularização corre o risco de permanecer restrita ao papel.

5.2 Formação e engajamento docente

A implementação efetiva da curricularização exige docentes preparados e engajados. Fontenele (2024) afirma que, para muitos professores, a extensão é uma dimensão pouco explorada em sua trajetória acadêmica, o que requer programas de capacitação contínua voltados para metodologias participativas, gestão de projetos comunitários e avaliação de impacto social.

A escolha dos professores que integrarão a curricularização deve ser estratégica. Gadotti (2017) aponta que impor essa responsabilidade a docentes sem perfil extensionista pode gerar resistências e baixa qualidade nas ações. É fundamental valorizar professores que já tenham experiências bem-sucedidas na integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Outro desafio é a articulação da carga horária e da agenda docente. Nos cursos noturnos, por exemplo, algumas IES têm marcado visitas guiadas e atividades comunitárias no horário de aula. Embora essa prática atenda à carga horária extensionista, Antunes; Gadotti e Padilha (2018) alertam para o risco de que a experiência seja pontual e desconectada de um processo formativo contínuo. É preciso assegurar que parte significativa da carga horária da disciplina seja, de fato, dedicada a ações de extensão planejadas.

O reconhecimento institucional também influencia o engajamento. Santos, Pereira e Santos (2025) defendem que o trabalho extensionista seja considerado na progressão funcional e na avaliação docente, valorizando o esforço e os resultados alcançados junto à comunidade.

Por fim, cabe ressaltar a importância de criar indicadores claros de efetividade da curricularização. A pergunta que se impõe é: estamos realmente transformando a formação acadêmica e o território, ou apenas cumprindo formalidades? Sem métricas e critérios de avaliação bem definidos, o risco é manter o “faz de conta” institucionalizado.

5.3 Integração com a comunidade e o território

A essência da curricularização da extensão está na transformação social. Para que isso aconteça, as IES precisam desenvolver vínculos sólidos com a comunidade e criar projetos que respondam a demandas reais. Fontenele (2024) defende que o diálogo de saberes, pautado pela horizontalidade, seja o alicerce dessa relação.

Projetos que envolvam diferentes áreas do conhecimento tendem a gerar impactos mais amplos e sustentáveis. Gadotti (2017) afirma que a interdisciplinaridade e o multiprofissionalismo são condições indispensáveis para lidar com problemas complexos, como os de ordem social, econômica, cultural, humana e ambiental.

A Deliberação CEE nº 216/2023 enfatiza que os projetos extensionistas devem promover desenvolvimento sustentável e fortalecimento das comunidades. Isso implica ir além de ações pontuais, estruturando iniciativas contínuas que articulem ensino, pesquisa e extensão em um mesmo propósito.

O fomento institucional, novamente, aparece como condição para o sucesso, pois sem recursos adequados, as ações correm o risco de serem reduzidas a eventos isolados, sem continuidade ou capacidade de transformação. Por fim, a avaliação dos resultados é determinante. Ormanze (2024) propõe que se adotem indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para medir o impacto das ações. Isso permitiria responder à pergunta provocativa que perpassa todo o debate: estamos efetivando a curricularização ou apenas simulando seu cumprimento?

6 PERSPECTIVAS FUTURAS E INOVAÇÕES NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão no ensino superior brasileiro ainda se encontra em processo de consolidação. Embora avanços importantes tenham sido alcançados nos últimos anos, persistem desafios que exigem inovação, planejamento estratégico e capacidade de adaptação por parte das Instituições de Ensino Superior (IES). Neste capítulo, serão discutidas as perspectivas futuras e as possíveis inovações que podem fortalecer a efetividade da extensão universitária, alinhando-a às demandas contemporâneas da sociedade.

6.1 Inovações metodológicas e integração curricular

O avanço da curricularização da extensão exige a reinvenção de estratégias metodológicas que favoreçam a articulação concreta entre ensino, pesquisa e extensão. Conforme apontam Oliveira-Melo; Sant'anna e Barbosa (2025), metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas (PBL) e a aprendizagem-serviço (Service-Learning), têm potencial para elevar o engajamento dos alunos e fortalecer os resultados sociais das ações. Tais práticas colocam os estudantes como protagonistas, permitindo-lhes aplicar o conhecimento em contextos práticos.

Além disso, Resolução nº 7/2018 defende que a interdisciplinaridade deve deixar de ser um ideal e se tornar um princípio operativo nos projetos extensionistas. Isso exige um redesenho dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) para que as atividades de extensão não sejam isoladas, mas sim interligadas com as demais disciplinas, de forma transversal e contínua.

Outro caminho inovador é a adoção de projetos integradores que envolvam múltiplos cursos, promovendo o multiprofissionalismo e respondendo a problemas complexos da comunidade. França e Silva; Rodrigues (2023) destacam que, quando diferentes áreas do conhecimento se unem, as soluções propostas tendem a ser mais robustas e sustentáveis.

No contexto das perspectivas futuras, é fundamental que as IES estabeleçam parcerias estratégicas com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e empresas privadas. Conforme Lisboa Filho (2022), essas parcerias não apenas ampliam o alcance das ações, mas também fortalecem a sustentabilidade financeira e a técnica dos projetos.

Por fim, a formação continuada dos docentes deve acompanhar essas inovações metodológicas. Programas institucionais de capacitação em metodologias extensionistas, gestão de projetos e avaliação de impacto são essenciais para que a curricularização seja efetiva e transformadora.

6.2 Tecnologias digitais e ambientes virtuais de aprendizagem

A transformação digital representa uma oportunidade única para expandir o alcance e a qualidade da curricularização da extensão. De acordo com França e Silva; Rodrigues (2023), o uso de plataformas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) pode potencializar a comunicação entre alunos, docentes e comunidade, facilitando o acompanhamento das atividades e a mensuração de resultados.

Ferramentas como videoconferências, aplicativos de gestão de projetos e redes sociais acadêmicas permitem que ações extensionistas ultrapassem barreiras geográficas, envolvendo comunidades distantes ou com dificuldade de acesso físico à IES. Isso amplia o impacto e torna a extensão mais inclusiva.

A análise de dados (learning analytics) é outro recurso que pode ser incorporado. A coleta e análise sistemática de dados sobre a participação dos estudantes e os resultados das atividades extensionistas permitem ajustes contínuos e fundamentados nas evidências.

Outro ponto relevante é o desenvolvimento de repositórios digitais de extensão, nos quais sejam registrados projetos, resultados e boas práticas. Essas plataformas podem servir como fontes de inspiração e consulta para novas iniciativas, fortalecendo a memória institucional e promovendo a troca de experiências.

Vale destacar, entretanto, que o uso de tecnologias não deve substituir o contato presencial com a comunidade, mas sim complementar e ampliar o escopo das ações. O equilíbrio entre o digital e o presencial é essencial para preservar a essência transformadora da extensão universitária.

6.3 Indicadores de impacto e avaliação contínua

A ausência de indicadores claros para mensurar e avaliar a efetividade da extensão universitária no Brasil tem sido apontada como um dos principais entraves para o avanço dessa dimensão acadêmica. Silva; Vieira e Tambosi Filho (2025) destacam que, embora a extensão seja reconhecida como pilar da universidade, ainda há uma carência de instrumentos que permitam acompanhar de forma sistemática o alcance e os impactos de suas ações. Essa lacuna compromete tanto a legitimidade social da extensão quanto sua integração efetiva ao currículo.

Dialogando com essa perspectiva, Demo (2011) reforça que a ausência de parâmetros de avaliação robustos reduz a extensão a uma prática pouco mensurável, dificultando sua consolidação como atividade científica e pedagógica. Para o autor, enquanto não houver critérios claros e objetivos, corre-se o risco de manter a extensão em posição secundária frente ao ensino e à pesquisa.

Na mesma linha, Silva, Vieira e Tambosi-Filho (2024) argumentam que a falta de indicadores uniformes de avaliação gera dificuldades na comparação entre as experiências extensionistas realizadas em diferentes instituições. Segundo eles, tal fragilidade pode transformar a curricularização em um processo meramente burocrático, sem assegurar a

efetividade social desejada. Dessa forma, observa-se um consenso entre os autores de que a inexistência de instrumentos avaliativos claros é um obstáculo central para a efetivação da extensão como prática acadêmica transformadora.

7 DISCUSSÃO

A discussão apresentada neste estudo evidencia coerência entre os marcos normativos da curricularização da extensão, os princípios que a orientam e os desafios institucionais amplamente descritos na literatura. Todavia, uma análise mais aprofundada revela a existência de tensões e *trade-offs* estruturais que demandam maior problematização, especialmente no que se refere à operacionalização da extensão no cotidiano das instituições de ensino superior.

Um primeiro eixo de tensão diz respeito à obrigatoriedade do cumprimento de uma carga horária mínima de extensão e à qualidade formativa das experiências extensionistas. Embora a normatização seja essencial para garantir a institucionalização da extensão — aspecto diretamente relacionado à necessidade de políticas internas claras de fomento, acompanhamento e avaliação, conforme indicado no Quadro 2, a seguir, observa-se o risco de que a centralidade no cumprimento quantitativo de horas resulte em práticas superficiais. Tal cenário pode comprometer o potencial formativo, crítico e transformador da extensão universitária, especialmente, quando não há integração efetiva dessas atividades aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de forma transversal e interdisciplinar.

Outro *trade-off* relevante refere-se aos processos de avaliação das ações extensionistas. A crescente demanda institucional por indicadores quantitativos, como número de estudantes envolvidos e carga horária cumprida, contribui para a prestação de contas e para o monitoramento administrativo das políticas de extensão. Contudo, essa abordagem tende a limitar a compreensão do impacto social efetivo das ações desenvolvidas. Em contraponto, estratégias de avaliação qualitativa mostram-se mais sensíveis às transformações sociais, territoriais e formativas promovidas pela extensão, embora apresentem maior complexidade metodológica e dificuldades de padronização.

Nesse contexto, a literatura converge para a necessidade de modelos híbridos de avaliação, capazes de articular métricas quantitativas com análises qualitativas de impacto, conforme recomendado no Quadro 2, a seguir. Essa articulação demanda não apenas ajustes nos instrumentos avaliativos, mas também investimentos em formação docente contínua,

voltada ao uso de metodologias extensionistas e de avaliação mais complexas e contextualizadas.

Por fim, a efetividade da curricularização da extensão está diretamente associada à relação sustentável com o território, o que reforça a importância de parcerias duradouras com organizações e comunidades locais, igualmente destacadas no Quadro 2. Tais parcerias contribuem para evitar práticas extensionistas pontuais ou meramente formais, fortalecendo o caráter dialógico da extensão e ampliando seu impacto social.

Assim, as recomendações sistematizadas no Quadro 2 não apenas respondem aos desafios identificados na literatura, mas também se apresentam como estratégias institucionais fundamentais para mitigar os *trade-offs* inerentes à curricularização da extensão, promovendo uma implementação mais consistente, formativa e socialmente comprometida.

Quadro 2 - Recomendações institucionais para a curricularização da extensão

DIMENSÃO	RECOMENDAÇÃO
Gestão institucional	Criar políticas internas claras de fomento, acompanhamento e avaliação da extensão
Projetos Pedagógicos de Curso	Integrar a extensão de forma transversal e interdisciplinar aos PPCs
Formação docente	Implementar programas contínuos de capacitação em metodologias extensionistas
Avaliação	Adotar modelos híbridos de avaliação quantitativa e qualitativa
Relação com o território	Estabelecer parcerias duradouras com organizações e comunidades locais

Fonte: Dos próprios autores, 2025.

O estudo apresenta, ainda, algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação de seus resultados. Primeiramente, por tratar-se de uma revisão bibliográfica de natureza teórica-reflexiva, não foram analisados dados empíricos provenientes de experiências concretas de curricularização da extensão, o que limita a generalização das conclusões. Além disso, a seleção das fontes bibliográficas, ainda que orientada por critérios explícitos, pode conter vieses decorrentes da disponibilidade e visibilidade das produções acadêmicas indexadas nas bases consultadas.

Diante dessas limitações, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas que aprofundem a compreensão da curricularização da extensão em contextos específicos. Destacam-se, como agenda de pesquisa futura: (I) estudos longitudinais que acompanhem os efeitos da curricularização ao longo do percurso formativo dos estudantes; (II) análises comparativas entre IES públicas, privadas e municipais; e (III) investigações voltadas à

avaliação do impacto social das ações extensionistas junto às comunidades atendidas, combinando métodos qualitativos e quantitativos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão representa um marco na trajetória do ensino superior brasileiro, reposicionando a extensão universitária como elemento central no processo formativo. Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender seus fundamentos, marcos regulatórios, desafios e perspectivas futuras, destacando a relevância de sua efetiva implementação para a transformação social, cultural, econômica e ambiental das comunidades atendidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Constatou-se que, apesar dos avanços normativos, como a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e a Deliberação CEE nº 216/2023, a transição da extensão de um papel periférico para a centralidade pedagógica exige mais do que ajustes curriculares formais. Torna-se necessário repensar metodologias, qualificar o corpo docente, fomentar a interdisciplinaridade e desenvolver indicadores de impacto que assegurem a avaliação contínua e a melhoria das práticas extensionistas.

O estudo também evidenciou que as inovações metodológicas e o uso de tecnologias digitais podem potencializar a curricularização da extensão. Todavia, sua essência permanece no contato direto com a realidade social e na capacidade de promover mudanças concretas nos territórios. A tecnologia, nesse sentido, deve ser compreendida como aliada, e não como substituta, do trabalho comunitário presencial.

A reflexão que emerge, portanto, é: **curricularizar, para quê?** Trata-se de questionar se a curricularização da extensão se consolidará como uma prática pedagógica efetiva ou se permanecerá restrita a um cumprimento meramente formal, reproduzindo exigências institucionais sem impacto social significativo. Nas Instituições Municipais de Ensino Superior, em especial, persiste o risco de a extensão continuar sendo percebida como o “patinho feio” do tripé universitário, relegada a segundo plano frente ao ensino e à pesquisa.

Por outro lado, sua efetiva incorporação pode representar um marco transformador, ao ampliar o papel social das IES na formulação de políticas públicas locais, fomentar a transferência de tecnologias sociais e promover o desenvolvimento humano, econômico e sustentável das comunidades. Nesse horizonte, a curricularização deixa de ser apenas uma

diretriz normativa e passa a configurar-se como uma estratégia concreta de fortalecimento da função social das universidades.

Os autores, ao realizarem a pesquisa teórica apresentada, sentiram-se instigados a avançar para uma compreensão mais empírica da temática. Surge, assim, o interesse em investigar como a curricularização da extensão vem sendo efetivamente conduzida em uma IES municipal do interior paulista, buscando identificar critérios de implantação, métodos de avaliação e formas de operacionalização dessa política institucional.

Entre as questões que permanecem abertas, destacam-se: está, de fato, ocorrendo a curricularização de maneira efetiva? Como vêm sendo conduzidas as avaliações das primeiras ações implantadas? A comunidade do entorno da IES já percebe benefícios concretos resultantes dessa política, formulada em âmbito federal e adaptada pelo Conselho Estadual de Educação? Tais indagações evidenciam a necessidade de aprofundamento empírico.

Esses questionamentos constituem o ponto de partida para pesquisas futuras, cujo objetivo é não apenas responder às dúvidas levantadas, mas também contribuir, por meio da investigação científica, para o aperfeiçoamento da curricularização da extensão. Pretende-se, assim, colaborar com a reflexão crítica e com a proposição de estratégias que ampliem sua efetividade, considerando as diretrizes legais e as especificidades da realidade local de cada instituição.

Mais do que cumprir uma exigência normativa, a curricularização da extensão precisa consolidar-se como uma prática pedagógica viva, capaz de articular teoria e prática, formar cidadãos comprometidos com a transformação social e fortalecer a função social das universidades. Trata-se de um desafio significativo, mas que, com engajamento institucional e compromisso acadêmico, pode transformar essa política em um efetivo instrumento de desenvolvimento humano e territorial.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. B.; GADOTTI, M.; PADILHA, P. R. Reinventar a universidade a partir da extensão universitária. In: GADOTTI, M.; CARNOY, M. (orgs.). **Reinventando Paulo Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire**. Instituto Paulo Freire, Lemann Center, Stanford Graduate School of Education, 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.

Acesso em: 30 maio 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Deliberação 216/2023**. Dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo Disponível em:

<https://www.ceesp.sp.gov.br/ato-do-conselho/numero-2023-216-processo-2023-274/>. Acesso em: 16 maio 2025.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623690670>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 ago. 2025.

CUNHA, M. I. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: a qualidade da graduação em tempos de democratização. **Perspectiva**, v. 29, n. 2, 443-462, 2011. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v29n02/v29n02a05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_2017.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

FRANÇA E SILVA, R.; RODRIGUES, L.A. R. Uso de tecnologias digitais na mediação da extensão universitária. **Revista de extensão da universidade de Pernambuco**, v.8, n.2, p. 11-19, 2023. Disponível

em: <https://revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/download/373/202/1921>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FOLIGNO, A. Z. *et al.* Proposta de um instrumento de avaliação da extensão: estudo de caso em uma instituição pública federal brasileira de educação profissional e tecnológica. **Revista Conexão UEPG**, p. 1–19, 2023. Acesso em: 24 jul 2025. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/22565/209209218400>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v.27, e97067. 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/gFvkWgJTdRjdrJfyNqF3LPt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

FORPROEX. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.

Extensão universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/SfDaPTcUpxkHEZ3.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FORPROEX. **Política nacional de extensão universitária**. 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Extensão universitária**: para quê? São Paulo, fev. 2017. p. 1-18.

GAVIRA, M. O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 395-415, maio 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000200395&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2025. doi.org/10.1590/s1414-4077/s1414-40772020000200009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 173p.

KOCHHANN, A. A extensão universitária à luz do Forproex: uma discussão necessária sobre concepção e avaliação. Trabalho docente: formação e resistência, v. 5, n. 1, 2018. **Anais da VII Semana de Integração**. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/10931>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, Rs: Facos-Ufsm, 2022

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017a. 346p.

OLIVEIRA-MELO, F. G.; SANT'ANNA, A. M. O.; BARBOSA, A. S. Metodologias ativas e curricularização da extensão em disciplinas do curso de engenharia de produção da Univasf/campus salgueiro. **BJPE**, v. 11, n. 1, p. 95-111, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/download/47140/33031/170455>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ORMANEZE, F. Extensão universitária e objetivos de desenvolvimento sustentável para o milênio: descrição e análise de um modelo. **e-Revista FACITEC**, v. 15, n. 1, pp. 124-137. 2024, DOI: 10.5281/zenodo.14052694. ISSN 1981-3511

SANTOS, J. B. dos. O que é a curricularização da extensão?. **Horizontes sociológicos afro-lusófonos**, Ceará, v. 1, n.1, p. 23-46, 27 jun. 2024. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/sociologia/article/view/1925>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTOS, A. B.; PEREIRA, C. D.; SANTOS, V. M. M. Extensão Universitária, Curricularização e Flexibilização Curricular: uma revisão de literatura. **ARACÊ**, v. 7, n. 4, p. 20921–20935, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4765>.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017

SILVA, L. D. da.; VIEIRA, A. M.; TAMBOSI-FILHO, E. Curricularização da extensão universitária: indicadores de avaliação para os cursos de administração e contabilidade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 29, p. e024001, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id275677>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VALE, C. T. *et al.* Extensão universitária, do assistencialismo à responsabilidade social. **Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza, [S. l.]**, v. 44, 2024. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/easn/article/view/2000>. Acesso em: 25 ago. 2025.